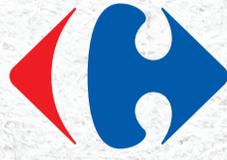


REAL PUBLICIDADE



GRUPO CARREFOUR BRASIL



2021 DEMONSTRAÇÕES *financeiras*



www.grupocarrefourbrasil.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

continuação

2021 DEMONSTRAÇÕES financeiras



www.grupocarrefourbrasil.com.br

Balances Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.267	2.131	6.945	5.672	Fornecedores	16	11.148	9.708	15.449	14.423
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	47	-	Empréstimos	28.3	2.939	491	3.019	574
Contas a receber	7	1.031	907	1.298	1.330	Instrumentos financeiros derivativos	28.8	85	-	85	13
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	11.038	9.417	Passivo de arrendamento	15	33	34	161	139
Estoques	9	6.343	5.238	8.788	7.709	Operações de cartão de crédito	8.2	-	-	8.249	7.534
Impostos a recuperar	10	792	310	1.294	721	Impostos a recolher		139	159	372	531
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	30	106	Imposto de renda e contribuição social a pagar		84	60	267	101
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	93	116	95	116	Obrigações trabalhistas	32.2	380	378	825	891
Empréstimos a controladas	29	1.079	-	-	-	Dividendos a pagar	20.4	28	-	65	49
Adiantamento aquisição Grupo BIG	3	900	-	900	-	Receita diferida	19	28	28	33	55
Outras contas a receber		60	98	403	342	Outras contas a pagar		268	175	551	410
		13.565	8.800	30.838	25.413			15.104	11.033	29.076	24.720
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber	7	-	-	9	4	Empréstimos	28.3	3.871	3.167	3.973	3.344
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	485	457	Passivo de arrendamento	15	1.010	875	1.877	1.721
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	107	185	107	185	Operações de cartão de crédito	8.2	-	-	1.266	223
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	450	358	Imposto de renda e contribuição social diferido	17.2	435	599	439	602
Impostos a recuperar	10	1.664	2.495	2.812	4.101	Provisões	18.1	360	488	3.290	3.618
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		73	-	107	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	-	-	582	510
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	633	482	Receita diferida	19	249	276	18	18
Despesas antecipadas	11	10	16	48	40	Outras contas a pagar		4	9	7	23
Depósitos e bloqueios judiciais	11	131	106	2.570	2.401			5.929	5.414	11.452	10.059
Empréstimos a controladas	29	-	1.019	-	-						
Outras contas a receber		17	29	142	87	Patrimônio líquido					
		2.002	3.850	7.363	8.115	Capital social	20.2.1	7.651	7.649	7.651	7.649
Estoques	9	-	-	300	-	Reserva de capital	20.2.2	2.213	2.193	2.213	2.193
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	560	397	Reservas de lucros	20.2.4	7.487	6.143	7.487	6.143
Investimentos	12	7.707	6.721	104	111	Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	20.2.3	(282)	(282)	(282)	(282)
Imobilizado	13.2	13.414	11.371	17.417	15.465	Ajustes de avaliação patrimonial	20.2.5	10	6	10	6
Intangível	14	1.424	1.414	2.342	2.323	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		17.079	15.709	17.079	15.709
		24.547	23.356	28.086	26.411	Participação de não controladores	20.5	-	-	1.317	1.336
		38.112	32.156	58.924	51.824			17.079	15.709	18.396	17.045
Total do ativo						Total do passivo e do patrimônio líquido		38.112	32.156	58.924	51.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas líquidas	22.1	53.598	47.062	73.552	67.640
Outras receitas	22.2	202	170	4.199	3.551
Receita operacional líquida	22	53.800	47.232	77.751	71.191
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	23	(45.640)	(40.169)	(62.875)	(57.273)
Lucro bruto		8.160	7.063	14.876	13.918
Receitas (despesas)					
Vendas, gerais e administrativas	24	(4.401)	(3.592)	(9.211)	(8.360)
Depreciação e amortização	24	(571)	(460)	(1.173)	(1.040)
Resultado de equivalência patrimonial	12	968	555	(9)	(8)
Outras receitas (despesas)	25	54	123	634	(6)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		4.210	3.689	5.117	4.504
Receitas financeiras		1.121	890	1.147	948
Despesas financeiras		(1.554)	(1.102)	(1.933)	(1.527)
Resultado financeiro	26	(433)	(212)	(786)	(579)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.777	3.477	4.331	3.925
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17.1	(793)	(744)	(1.279)	(1.021)
Diferido	17.1	160	(62)	314	(60)
Lucro líquido do exercício		3.144	2.671	3.366	2.844
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	3.144	2.671
Acionistas não controladores	20.5	-	-	222	173
Lucro líquido por ação básico e diluído (R\$)	21	-	-	1,58	1,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.777	3.477	4.331	3.925
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	24	584	473	1.223	1.092
Juros sobre empréstimos e venda de recebíveis	26	187	128	255	227
Juros sobre empréstimos a controladas	29	(61)	(19)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos	26	79	574	79	574
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	26	107	74	211	183
(Ganhos) e perdas com instrumentos financeiros derivativos	26	159	(514)	159	(514)
Provisão para impairment de ativos imobilizados		-	-	18	(7)
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		8	30	56	120
Resultado projeto Pinheiros	25	-	-	(495)	-
(Ganhos) e perdas relativas a demandas judiciais líquidas	25	(123)	(149)	(325)	(208)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(968)	(555)	9	8
Pagamento baseado em ações		12	11	22	16
Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais		3.761	3.530	5.543	5.416
Variação do capital de giro	27	365	(54)	(64)	(4)
Variação do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	27	-	-	109	(178)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(842)	(765)	(1.144)	(1.201)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		3.284	2.711	4.444	4.033
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adição de ativos intangíveis	14.2	(19)	(10)	(161)	(170)
Adição de ativos imobilizados e propriedade para investimento	13	(2.488)	(3.058)	(2.793)	(3.275)
Adiantamento aquisição Grupo BIG	3	(900)	-	(900)	-
Fornecedores de ativos imobilizados e intangíveis		268	78	276	81
Aumento de capital em controlada e aquisição de controlada em conjunto	12	-	(82)	-	(1)
Empréstimos a controladas		-	(1.000)	-	-
Caixa relacionado à alienação de ativo imobilizado		9	22	11	42
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(3.130)	(4.050)	(3.567)	(3.323)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		2	6	2	6
Captação de empréstimos	28.4	6.620	2.662	6.620	3.177
Amortização de empréstimos	28.4	(3.593)	(2.049)	(3.671)	(2.641)
Juros pagos	28.4	(125)	(176)	(193)	(275)
Instrumentos financeiros derivativos		2	236	2	236
Amortização de principal – Contratos de arrendamento	28.4	(17)	(13)	(131)	(109)
Amortização de juros – Contratos de arrendamento	28.4	(107)	(74)	(208)	(181)
Distribuição de dividendos		(1.800)	(494)	(2.025)	(573)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento		982	98	396	(360)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.136	(1.241)	1.273	350
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	2.131	3.372	5.672	5.322
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	3.267	2.131	6.945	5.672
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.136	(1.241)	1.273	350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (Em milhões de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	7.643	2.178	249	3.705	12	(282)	-	13.504	1.201	14.705	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.671	(1)	2.671	173	2.844	
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	7	-	7	-	7	
Total resultados abrangentes do exercício						2.671	7	2.678	173	2.851	
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	6	-	-	-	-	-	6	-	6	
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	15	-	-	-	-	15	-	15	
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2019	-	-	-	-	(12)	-	-	(12)	-	(12)	
Destinação do lucro do exercício:											
Reserva legal	20.2.4	-	-	134	-	-	-	(134)	-	-	
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	-	(3)	(49)	(52)	
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	-	(479)	-	(479)	
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	759	-	-	(759)	-	-	
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	1.296	-	-	-	(1.296)	-	-	
Reversão dividendos a pagar	20.4	-	-	-	-	-	-	-	11	11	
Total de transações de capital com acionistas	6	15	134	1.296	747	(2.671)	-	(473)	(38)	(511)	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020	7.649	2.193	383	5.001	759	(282)	-	15.709	1.336	17.045	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (Em milhões de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros						
Saldo em 1º de janeiro de 2021	7.649	2.193	383	5.001	759	(282)	-	15.709	1.336	17.045	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.144	-	3.144	222	3.366	
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	4	-	4	-	4	

continuação

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ 75.315.333/0001-09



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros do Atacadão S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atacadão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos tributários:** *Porque é um PAA:* Conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia está sujeita a fiscalização por parte das autoridades competentes e é parte envolvida em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades oriundos de diversas contingências tributárias. A Diretoria da Companhia, junto a seus assessores jurídicos usa julgamento significativo para determinar a necessidade de reconhecimento as provisões e divulgações requeridas sobre os respectivos processos administrativos, judiciais e outros passivos contingentes. Os julgamentos significativos da Companhia incluem incertezas em certas premissas utilizadas para estimar a probabilidade e a mensuração da saída de caixa futura. Adicionalmente, a complexidade do ambiente tributário e eventuais alterações nas condições externas e posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar de forma significativa nas provisões e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Desta forma, devido a relevância dos valores envolvidos, julgamento significativo e complexidade tributária, esse assunto requisitou um alto nível de julgamento do auditor independente e foi considerado um principal assunto em nossa auditoria. A avaliação da Diretoria em relação à probabilidade de perda de contingências tributárias foi significativa para a nossa auditoria pois é complexa e envolve julgamento significativo com base em interpretações da legislação tributária e regras legais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados a identificação, monitoramento e avaliação dos processos tributários e determinação da probabilidade de perda dos riscos tributários; ii) a obtenção de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Diretoria da Companhia sobre o risco de perda e valores dos processos tributários; iii) o envolvimento de nossos especialistas tributários e legal como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Diretoria e seus assessores jurídicos nos processos tributários mais significativos; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que não foram refletidos pela Diretoria, e apesar de imateriais no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, afetaram a mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para a provisão de riscos tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Transação de permuta de ativos:** *Porque é um PAA:* Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registrou uma transação de permuta de ativos ("Projeto Pinheiros") que consiste numa permuta de imóveis, onde a Companhia irá ceder o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo, e receberá em troca uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento, e unidades de uma nova torre corporativa, a serem construídos com um terceiro envolvido na permuta. A transação de permuta foi contabilizada pelo valor justo e resultou em ganho reconhecido no resultado do exercício no montante de R\$ 495.000 mil. A transação de permuta envolveu a mensuração de um ganho significativo entre o valor

justo e o custo histórico do ativo, e exigiu esforços significativos por parte da Companhia e contratação de serviços de avaliação de ativos executado por terceiros. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido: (i) a ser uma transação não-usual no exercício, (ii) ao montante envolvido e relevância da estimativa e dos aspectos relativos à valorização de ativos de diferentes natureza e consequentemente a mensuração do ganho na venda, (iii) avaliação dos respectivos impactos contábeis de transações desta natureza assim como a adequada divulgação em notas explicativas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a inspeção e avaliação dos instrumentos de compromisso de compra e venda de imóveis e os demais contratos e acordos correlatos; (ii) a avaliação dos registros contábeis e sua consistência com os documentos apresentados; (iii) envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para análise da avaliação realizada pela Diretoria; (iv) a revisão do laudo de avaliação de ativo preparado pelos especialistas contratados pela Companhia; (v) a utilização de nossos especialistas de suporte financeiro na avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia para mensuração do valor justo; e (vi) a avaliação da adequação das respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para ao registro da transação de permuta e seus reflexos, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** *Porque é um PAA:* A provisão para perda esperada das operações de crédito é constituída levando em consideração a CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros "Financial Instruments". Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas. A Companhia desenvolveu e implementou políticas e metodologias de mensuração da provisão para perdas esperadas para cobrir os seus riscos de crédito das operações de crédito, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 8.1 às demonstrações financeiras. Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, pelo fato dessas metodologias de provisão para perdas esperadas de crédito envolverem julgamento significativo da Diretoria, estimativas e premissas baseadas na perda histórica e em projeções por parte da Diretoria, consideramos esse assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e metodologias utilizadas na mensuração da provisão para perdas esperadas das operações de crédito; (ii) envolvimento de especialistas na revisão do modelo utilizado e das premissas adotadas; (iii) avaliação da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 17 de fevereiro de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências advérsas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Stolf Litwin
Contador - CRC nº 1 SP 228416/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>